

REPENSANDO A RELAÇÃO ENTRE DEPENDÊNCIA, DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO

Adriana A. Sales De Melo

1. INTRODUÇÃO

Esta comunicação de Pesquisa foi elaborada para apresentação na disciplina Política Educacional Brasileira, coordenada pela Prof^a Dr^a Maria Elizabete S. P. Xavier, da Faculdade de Educação da UNICAMP, em 1999.

Tendo como mote a discussão entre dependência, desenvolvimento e políticas educacionais no Brasil nas últimas décadas, o texto de Lídia Goldenstein (1994), nos foi sugerido como básico e de fundamental importância para a retomada de uma análise histórica sobre estes temas.

Neste texto são propostos elementos para a análise das indicações teórico-metodológicas que a autora faz das origens da "teoria da dependência" no nosso país.

Procuramos também realizar e comentar as leituras básicas indicadas no texto de Goldenstein com a intenção de discutir a atualidade do tema em nossas novas condições materiais de existência histórica.

A consolidação do projeto neoliberal de sociedade e de educação – que começou a ser implantado no nosso país desde o governo Collor e se aprofundou no governo Itamar – neste fim de século, nos revela de forma cada vez mais cruel o avanço do capitalismo, modo de produção que dirige o sistema de nossa economia global. Este modo de produção se fundamenta na produção de mais-valia pela superexploração da força de trabalho; movimento que se renova, hoje, no cenário Pós-Guerra Fria, numa crise da dívida externa e num *"processo de reestruturação econômica imposto pelos credores internacionais aos países em desenvolvimento desde o começo dos anos 80"* (CHOSSUDOVSKY, 1999:11).

Nossa situação de país associado ao capitalismo financeiro internacional se fundamenta numa dimensão de profunda dependência, em diversos níveis de nossa vida. Com relação à educação, ser país associado e dependente significa submeter os diversos projetos de sociedade e de educação dos nossos atores sociais – dos nossos sujeitos políticos coletivos -

aos objetivos das agências que dirigem – reforçando suas estratégias de dominação – o sistema econômico global.

Hoje, ser país dependente e pobre, pode significar risco de exclusão social – expressão conceitual nova, cunhada há poucos anos, para tornar mais branda as imagens dos diversos genocídios e destruição ambiental provocados por este novo ciclo de sobrevivência do capitalismo.

Em relação às políticas educacionais, este movimento histórico de dependência e de aprofundamento de um modelo de superexploração da força de trabalho – por um lado e, por outro – do distanciamento (dos países subdesenvolvidos) da criação científica e – principalmente – tecnológica; nos faz indagar sobre as nossas reais demandas educacionais. Escola para que? Para quem? Ensino superior como prestação de serviços? Afinal, para que serve a educação?

A idéia de um Estado autônomo, soberano, nacional, planejador e executor de políticas sociais, cai por terra no nosso mundo globalizado. Os mais realistas têm uma perspectiva pessimista das possibilidades de mudança social; no entanto, nunca se discutiu tanto como agora as condições da divisão social internacional do capital (e do trabalho). A forma como os países pobres se associam ao capital internacional determina as condições de seu desenvolvimento e de sua posição na globalização da pobreza.

"A globalização da pobreza neste final do século XX não tem precedente na história mundial. Todavia, essa pobreza não se deve a uma "escassez" de recursos humanos e materiais, mas, antes a um sistema global de ofertas excessivas mantido pelo desemprego e pela minimização do preço da mão-de-obra em todo o mundo". (CHOSSUDOVSKY, 1999:21)

Neste movimento histórico de exclusão social que se aprofunda numa direção política cada vez mais conservadora e dirigida pelos países mais ricos, as políticas sociais encaradas como direitos da pessoa começam a ser desarticuladas e cada vez mais restringidas, assim como o próprio Estado.

A educação, enquanto política social, é posta numa contraditória posição de formação meritocrática de recursos humanos para o mercado de trabalho que, no caso dos países subdesenvolvidos, não precisa mais destes recursos humanos qualificados.

Assim, para entendermos a direção atual que tomam nossas políticas educacionais, é fundamental a discussão das relações de dependência e das condições de aprofundamento do imperialismo hoje.

2. DEPENDÊNCIA E DESENVOLVIMENTO

Repensar a dependência, como sugere Goldenstein, está na agenda atual da discussão política educacional dos países dependentes. No entanto, discordamos da autora quando esta afirma que, a partir dos anos 80, "*(...) a perspectiva de longo prazo, a inserção do país na economia internacional, as dificuldades intrínsecas de um país periférico, retardatário e dependente ficaram esquecidas*" (GOLDENSTEIN, 1994:20); pelo contrário, o que presenciamos são novas formas **de** pensar esta dependência.

No Brasil, a teoria da dependência surge entre os anos 50 e 60 como uma concepção progressista sobre o desenvolvimento dos países "subdesenvolvidos", e vai se modificando ao longo das décadas; sempre formulando um debate tentando evitar tanto "a crença no condicionamento da situação política interna (nacional) pelo domínio externo" (determinismo econômico), quanto a "crença na idéia oposta de que tudo é contingência histórica" (voluntarismo político). (GOLDENSTEIN, 1994).

Nesta discussão mais geral, gostaríamos de especificar o surgimento da questão da dependência de um ponto de vista brasileiro, do início da construção desta questão, a fim de analisarmos a sua atualidade como elemento de análise de nossas políticas educacionais.

Neste sentido, esta comunicação seguirá o roteiro de leitura apresentado pela autora, procurando mostrar a atualidade e a capacidade progressista (num sentido neoliberal) da teoria da dependência, dando especial atenção ao texto de CARDOSO e FALLETTO (1970).

No entanto, esta visão que considero "atual e progressista" tem um rumo que, hoje, já se esclareceu no horizonte de nossa existência social, na consolidação de um projeto societal (e educacional) neoliberal e excludente. No prefácio de RODRIGUEZ (1981), Raul Prebisch, um dos pesquisadores (ideólogos) centrais da CEPAL e de outros organismos, desde o finalzinho dos anos 40 (1949), nos revela o sentido deste projeto:

"(...) a solução concreta que estou buscando ardorosamente é a transformação do sistema, sobre a base da socialização do excedente econômico, a fim de acelerar a acumulação e corrigir progressivamente as grandes desigualdades sociais de caráter estrutural. Em outras palavras, procuro encontrar uma síntese entre socialismo e liberalismo. Liberalismo econômico, sem o qual não consigo conceber liberalismo político, ambos surgidos historicamente de uma mesma vertente filosófica. Só que tanto um como outro foram falseados no capitalismo periférico." (p.11)

Progressista, no sentido de que estabelece uma certa "autonomia" na análise da relação centro-periferia, buscando um desenvolvimento mais autônomo para os países subdesenvolvidos; mas considerando contraditoriamente, o caminho da industrialização nacional, como inexorável, indiscutível, para alcançar o desenvolvimento.

"Todo espaço do discurso cepalino está organizado em torno da idéia de independência econômica da Nação. Melhor ainda: a problemática cepalina é a problemática da industrialização nacional, a partir de uma "situação periférica." (MELLO, 1986:20).

Esta concepção, embora provoque uma ruptura com a noção de inexorabilidade do desenvolvimento nos moldes dos países centrais, continua estabelecendo suas raízes na implantação e consolidação de um paradigma desenvolvimentista, embora nacional, periférico.

Em uma coletânea de artigos escritos no final dos anos 60, Maria da Conceição Tavares (1972) trata de construir uma crítica à concepção de desenvolvimento como uma fase superior, necessária e contínua do desenvolvimento industrial, como um status a ser invariavelmente alcançado. Tenta construir fundamentos de análise econômica que analisem o "verdadeiro caráter da crise do modelo de desenvolvimento brasileiro", do seu esgotamento e de suas possibilidades de crescimento. Aponta também a opção feita (até os anos 60) pelo Estado, por um crescimento centralizado, com ênfase na composição das indústrias nacionais, porém, com um alto custo de endividamento externo e falta de opção pela distribuição da renda. Condições que consideramos ainda atuais com respeito à direção de políticas econômicas e sociais neoliberais consolidadas hoje no nosso país.

Em artigo que comenta diversas formas históricas de pensar política e economicamente o Brasil, Bresser Pereira (neoliberal atuante na nossa burocracia estatal, que, no entanto, não se cansa de explicar "porquê não é neoliberal e, sim, social-democrata") nos apresenta de maneira bastante agradável um texto fundamental na construção da teoria da

dependência no Brasil que, embora um de seus autores nos aconselhe a esquecer-lo, tem ainda uma atualidade visível na consolidação do neoliberalismo no nosso país:

"A contribuição fundamental à interpretação da nova dependência será realizada por Fernando Henrique Cardoso. Em 1967 circula de forma mimeografada um livro escrito em colaboração com Enzo Faletto que irá marcar todo o pensamento brasileiro e latino-americano posterior: Dependência e Desenvolvimento da América Latina (1970). A partir desse livro constitui-se o que seria chamado de "teoria da dependência". É essencialmente uma superação da interpretação nacional-burguesa, e uma crítica, de um lado, às teorias conservadoras de modernização e de etapas do desenvolvimento, e, de outro lado, à interpretação da superexploração imperialista. A proposta mais geral da teoria da dependência consiste em demonstrar que os determinantes externos (imperialismo) da situação da dependência estão relacionados aos determinantes internos (estrutura de classes); estes são fundamentais, mas tendiam a ser minimizados na interpretação nacional-burguesa, ignorados na teoria da modernização e superestimados na teoria da superexploração capitalista. Nesta perspectiva, a análise da dependência significa que não se deve considerá-la como uma "variável externa", mas que é possível analisá-la a partir da configuração do sistema de relações entre as diferentes classes sociais no âmbito mesmo das nações dependentes." (PEREIRA, 1977: 37-38)

Consideramos que este texto (CARDOSO e FALLETTO, 1970), nos indica uma inegável mudança de rumo de caráter progressista na análise de nossa relação de dependência, criticando uma visão estrutural reducionista e vinculando o conceito de desenvolvimento *também* à relação de forças sociais (internas e externas) e ao momento político-histórico de cada país (lembrar que foi escrito no exílio). Os autores consideram que

"(...) o desenvolvimento como resultado da interação de grupos e classes sociais que têm um modo de relação que lhes é próprio e, portanto, interesses materiais e valores distintos, cuja oposição, conciliação ou superação dá vida ao sistema sócio-econômico. A estrutura social e política vão-se modificando na medida em que diferentes classes e grupos sociais conseguem impor seus interesses, sua força e sua dominação ao conjunto da sociedade." (p.22)

Os avanços contra as teorias mais conservadoras e estagnacionistas, construídos pela teoria da dependência, ao nosso ver, estão: a) na vinculação do desenvolvimento, mesmo associado e dependente, à possibilidade histórica de avanço social, relacionado à materialização da correlação de forças sociais nas políticas do Estado brasileiro e b) na consideração de que os investimentos multinacionais podem provocar (este texto foi escrito nos anos 1966 e 1967) uma nova forma de dependência, que seria desenvolvimentista, mas excludente e possivelmente promotora de regimes autoritários. Teses que se mostram atualíssimas quando consideramos que as forças sociais dominantes, hegemônicas, no nosso

país é que, hoje, direcionam nosso desenvolvimento rumo ao aprofundamento da exclusão social nos moldes do sistema econômico global.

3. ATUALIZANDO A DISCUSSÃO SOBRE DEPENDÊNCIA E DESENVOLVIMENTO

Outro aspecto que consideramos importante nesta análise é a forma como as mudanças nos interesses econômicos e sociais nas últimas décadas contribuíram para modificar, também, os rumos das questões sobre dependência e desenvolvimento.

A visão da CEPAL se anuncia também como progressista, no sentido de que revela contradições nas concepções mais conservadoras sobre a relação centro-periferia.

"Em texto que procura colocar em evidência o projeto sócio-político-econômico inerente ao pensamento da CEPAL, Octávio Rodríguez nos mostra características diversas entre a visão estruturalista e a ideologia cepalina: a visão estruturalista analisa os obstáculos do subdesenvolvimento, caracterizando as estruturas produtivas dos países centrais e periféricos, o que termina por definir o atraso RELATIVO da industrialização periférica. Enquanto o centro aparece com uma estrutura produtiva homogênea, diversificada; a periferia se mostra heterogênea (onde existem atividades onde a produtividade do trabalho é elevada ao lado de setores onde é muito baixa, devido ao atraso tecnológico) e especializada (dado que a atividade exportadora se concentra em uns poucos bens primários e a economia como conjunto carece de muitos setores existentes nas economias modernas, onde as técnicas capitalistas se difundiram com mais amplitude).

A originalidade da CEPAL está justamente no seu caráter estruturalista; numa interpretação do subdesenvolvimento não evolutiva. O subdesenvolvimento não é um mero estudo do atraso; estabelecendo os requisitos para uma transformação bem proporcionada da periferia em uma relação com os centros.

As limitações estão em que: esta coloca toda a ênfase na estrutura da produção de bens e serviços; não examinando com profundidade as relações sociais que estão na base do processo de industrialização da periferia e das transformações estruturais que ele traz consigo. Estas teorias carecem de aptidão para desenvolver hipóteses a respeito da desigualdade inerente à evolução do sistema centro-periferia, não investigando as condições gerais em que se realiza a acumulação em escala mundial." (RODRIGUÉZ, 1981)

No entanto,

"Pueden identificarse cinco etapas en la obra de la CEPAL, em torno a "ideas-fuerza" o "mensajes". Por coincidencia, cada etapa duró aproximadamente un decenio. (...) estas siguen de cerca la evolución histórica de la región latinoamericana:

- a. orígenes y años cincuenta: industrialización;
- b. años sesenta: "reformas para desobstruir la industrialización";
- c. años setenta: reorientación de los "estilos" de desarrollo hacia la homogeneización social y hacia la diversificación pro exportadora;
- d. años ochenta: superación del problema del endeudamiento externo mediante el "ajuste con crecimiento";
- e. años noventa: transformación productiva con equidad."(BIELSCHOWSKY, 1997, p.12)

Estas mudanças se refletem diretamente na composição, planejamento e execução de nossas políticas educacionais hoje.

No início dos anos 90, a CEPAL publica um documento que interfere nas concepções da educação como formação meritocrática de capital humano no nosso país - se refletindo também no golpe político que foi a aprovação de nossa LDB/96 - chamado "Educação e conhecimento: eixo da transformação produtiva com equidade", se articulando também com o Plano Principal para a América Latina e o Caribe, dirigido pela Oficina Regional de Educação para a América Latina e o Caribe:

Este documento

"[...] se propõe a formular uma proposta estratégica dirigida a contribuir na criação, no curso do próximo decênio, de condições educacionais de capacitação e de incorporação ao progresso científico e tecnológico, que possibilitem a transformação das estruturas produtivas da região em marco de progressiva equidade social." (OTTONE, 1993:10, apud MELO, 1998:44)

Assim, equidade significa uma liberdade de, se estivermos qualificados de acordo com as necessidades do mercado, nos inserirmos novamente num progressivo desenvolvimento industrial, mesmo que dependente dos rumos do sistema econômico global.

Finalizando, a atualidade da teoria da dependência e suas descendências, se realiza no Brasil na identificação do projeto neoliberal – provocador de uma inserção cada vez mais dependente do país ao sistema econômico global, bem como do aprofundamento da concentração de riquezas e aumento da miséria e pobreza – com as propostas da social-

democracia; no sentido de, mesmo revelando o caráter de correlação de forças sociais na construção de nossos projetos de sociedade e de educação, fazer opção explícita pelas "forças sociais" que compõem as classes dominantes do capitalismo internacional hoje.

REFERÊNCIAS

BIELSCHOWSKY, Ricardo. 50 años del pensamiento de la CEPAL : una reseña. In: LOUREIRO, Maria Rita (Org.). **50 anos de ciência econômica no Brasil (1946-1996):** pensamentos, instituições, depoimentos. Petrópolis: Vozes, 1997.

CARDOSO, F. H. & FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina:** ensaio de interpretação sociológica. 6.ed. Rio de Janeiro : Zahar, 1981.

CHOSSUDOVSKY, Michel. **A globalização da pobreza :** impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial. Trad. Marylene Pinto Michael. São Paulo : Moderna, 1999.

GOLDENSTEIN, Lúcia. **Repensando a dependência.** Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1994.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio :** contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. 4.ed. São Paulo : Brasiliense, 1986.
MELO, Adriana A. Sales de. Educação e hegemonia no Brasil de hoje. Maceió : EDUFAL, 1998.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Interpretações sobre o Brasil. In: LOUREIRO, Maria Rita (Org.). **50 anos de ciência econômica no Brasil (1946-1996) :** pensamentos, instituições, depoimentos. Petrópolis : Vozes, 1997.

RODRIGUÉZ, Octavio. **Teoria do subdesenvolvimento da CEPAL.** Rio de Janeiro : Forense, 1981.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro :** ensaio sobre a economia brasileira. Rio de Janeiro : Zahar, 1972.

ADRIANA A. SALES DE MELO

Universidade Estadual de Campinas
E-mail: adrsales@obelix.unicamp.br